

A CIDADE, O JOVEM E AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Fernando da Silveira ; Rinaldo Molina

O objetivo desse ensaio é pensar as intersecções entre a cidade, os jovens e a prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Para tal entende, ao pensar a transição do jovem do grupo de pertencimento primário aos grupos de pertencimento secundário, que a substância psicoativa assume a condição de intermediária entre o jovem, sujeito singular e a cidade na sua condição de conjunto social. Nesse sentido, discute o lugar que o jovem ocupa e qual a relação que mantém com a cidade e com as drogas. Para finalizar aponta os problemas enfrentados nessas relações e, toma uma posição ao defender a redução de danos como proposta que pode realmente produzir resultados positivos nas campanhas de prevenção ao uso de drogas ao produzir circuitos de ampliação não químicos que conectem os jovens com novos agentes de socialização que defendam e valorizem a vida.

Palavras-chave: jovem, substâncias psicoativas, cidade, intermediário.

O objetivo deste ensaio é discutir algumas intersecções entre três temas: cidade, jovens e prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Seria muito difícil aceitar este desafio sem considerar o problema da complexidade tal como proposto por Morin (1994), pois cruzaremos as fronteiras entre o biológico, o psíquico e o social. Vemos que cada tema já é suficientemente vasto e pode ser abordado a partir de perspectivas absolutamente estranhas entre si como a geografia, a fisiologia, o urbanismo, a sociologia, o direito ou a psicologia. Cada área do conhecimento responde a uma lógica própria e não deve pretender impor-se como verdade totalizante sobre o objeto de estudos, pois consegue dar conta apenas de certos aspectos. O objeto é multifacetado e comporta múltiplos níveis de complexidade, portanto, múltiplos níveis de compreensão. A relação entre estes níveis de complexidade não é necessariamente harmônica e pode haver contradições. Se já é difícil encontrar

consenso dentro de cada área, trabalhar nas fronteiras entre estes campos, como será feito neste artigo, implica necessariamente transitar em um território bastante conturbado.

Entramos em temas cujos territórios também estão recheados por conflitos, alguns deles pacificados, outros que podem ser definidos justamente pela sua condição de conflito: a juventude é entendida em certas abordagens da psicologia como conflito entre a infância e a idade adulta; as cidades podem ser vistas pela sociologia como palco dos mais diversos conflitos, tais como os religiosos ou os socioeconômicos. Já as substâncias psicoativas são inanimadas e, obviamente por si não produzem nada. Mas o óbvio nem sempre é considerado e, estas substâncias, ganham vida nas campanhas de prevenção e são consideradas como protagonistas dos mais diversos conflitos, nas cidades, entre jovens e nas relações dos jovens com as cidades. Este raciocínio fundamenta a chamada “guerra contra as drogas”: como se a guerra fosse contra as drogas e não contra o uso que as pessoas fazem dela...

Não será possível acessar este território recheado de conflitos mantendo-se neutro. A nossa opção pela entrada neste emaranhado de temas será pela via da psicologia, em especial, nas suas conexões com a psicanálise e a psicologia social. Assim, o objetivo deste ensaio é contribuir com uma reflexão acerca da prevenção do uso de substâncias psicoativas a partir de uma discussão sobre a relação dos jovens com a cidade, pensando nas substâncias psicoativas como elementos intermediários desta relação.

Kaës (2005) define o conceito de intermediário: “Esse conceito, como o seu nome indica, permite fazer a mediação, a ponte entre duas ordens de realidade que possuem sua lógica própria, que são heterogêneas e que por conseqüência não podem ser reduzidas uma a outra (p. 11)”.

O autor utiliza este termo para pensar as passagens entre dois níveis de complexidade distintos, mas conectados: o do sujeito singular e o dos diversos tipos de agrupamentos de pessoas.

Neste artigo, as substâncias psicoativas serão pensadas a partir de sua condição de intermediário entre o jovem, sujeito singular e a cidade na sua condição de conjunto social. Nesta interação a substância psicoativa ganha vida e pode ocupar os mais diversos lugares,

variando conforme o tipo de uso que o sujeito singular faz destas substâncias, bem como os efeitos que estas produzem no corpo e o significado que estas substâncias adquirem no conjunto social e nos diversos grupos de pertencimento.

O JOVEM NA CIDADE

A juventude marca a passagem dos grupos de pertencimento primários para os grupos de pertencimento secundário (ROUCHY; DESROUCHE, 2005). No caso das cidades, os grupos de pertencimento primário podem ser as famílias ou as instituições que realizam funções de proteção e cuidados iniciais tais como os abrigos. Os grupos de pertencimento secundário são os grupos instituídos dentro dos quais os sujeitos estão reunidos em torno de interesses comuns. São grupos em que os adolescentes buscam respostas às suas necessidades de diferenciação, de autonomização, de autoafirmação e de identificação.

A entrada nos grupos de pertencimento secundário exige simultaneamente um processo de afiliação, neste caso, entendido como uma espécie de desfiliação dos grupos de pertencimento primário e a vinculação aos novos grupos de pertencimento (KAËS, 2010). Apoiado no seu grupo de pertencimento primário o sujeito singular busca seu lugar no tecido social. Para que esta passagem seja realizada, é necessário um processo de individuação, do sujeito singular, que se inicia nos grupos de pertencimento primário e que deve se estender aos grupos de pertencimento secundário. Este processo nunca é finalizado e não implica em uma completa separação do sujeito em relação aos grupos de pertencimento. O processo de individuação implica na busca de um caminho que é ao mesmo tempo singular, ou seja, único da pessoa e coletivo, pois carrega consigo a herança das gerações que o precederam, assim como as idéias dos seus grupos de pertencimento. Nesse sentido, o indivíduo sempre se relaciona com o Outro mediado por um grupo. Será único *no* grupo e não *em oposição* ao grupo.

Neste processo o sujeito torna-se portador dos ideais dos grupos aos quais pertence. Tais ideais são formações intermediárias singulares e coletivas, uma vez que o sujeito os interioriza ao mesmo tempo em que são compartilhados pelos demais integrantes do grupo.

O processo de afiliação aos grupos de pertencimento secundário coloca em questão a identidade do sujeito singular até então apoiada nos primeiros grupos de pertencimento.

No início da adolescência os ideais da família serão questionados e não mais aceitos como naturais. Uma importante função dos grupos de pertencimento secundário é permitir ao sujeito que compreenda, diferencie e, talvez, questione os primeiros ideais, ao mesmo tempo em que oferece novas imagens identificatórias tão necessárias para o processo de individuação.

Como o Eu do adolescente ainda é incipiente, geralmente os primeiros grupos de pertencimento secundário tendem a ser bastante homogêneos, neste momento ainda não estão formadas as condições necessárias para que o grupo possa suportar trocas a partir das diferenças, isto será possível apenas com o avanço do processo de individuação e fortalecimento do Eu.

Nota-se que os grupos de adolescentes costumam adotar ídolos que encarnam o ideal de eu compartilhados por todos os membros pertencentes ao grupo. Os diferentes valores que não se enquadram no ideal tendem a ser hostilizados, podendo surgir a partir deste período fenômenos como o *bullying* nas escolas. Todos devem igualmente adorar os ídolos e, a partir da adoração a um ideal comum, todos estarão ligados entre si formando então um grupo coeso. Os espaços urbanos são ricos em possibilidades de ofertas de ideais para os mais diversos gostos. São as chamadas “tribos urbanas” que oferecem aos jovens um variado cardápio de opções de grupos aos quais os jovens podem se filiar. No entanto, uma vez pertencendo a um grupo, no seu interior a diversidade desaparece. No grupo a possibilidade de diferenciação será mínima, pois toda diferença será ameaçadora para o modelo ideal que sustenta a identidade do sujeito singular e a coesão grupal. As guerras entre diversos grupos reforçam a coesão grupal e a intolerância para a diferença, numa dinâmica que Freud (1921) chama de narcisismo das pequenas diferenças: o investimento libidinal é voltado para sustentar as alianças do grupo de pertencimento e a agressividade é voltada para fora do grupo.

Esta passagem está na base do processo de socialização e acontece à custa de um grande sofrimento para o sujeito singular. Em *Mal-Estar na Civilização*, Freud enumera três fontes de sofrimento para a vida “tal como a encontramos (FREUD, 1930, p.93)”: o padecimento do corpo, as forças da natureza e o relacionamento com os outros homens. Freud fala do paradoxo inerente ao processo civilizatório: se a vida em sociedade traz ganhos de proteção e maiores chances de sobrevivência que o isolamento, também é fonte de sofrimento, pois o sujeito singular deve inibir seus impulsos sexuais e agressivos. Neste mesmo trabalho o

autor cita três medidas paliativas tomadas para suportar o sofrimento, dentre elas o uso de substâncias tóxicas. Embora Freud não tenha trabalhado nesta perspectiva, é possível concluir que, se o processo civilizatório gera sofrimento e as substâncias psicoativas servem para aliviar o sofrimento, o uso destas substâncias pode ser pensado como um elemento intermediário entre o sujeito singular e o processo civilizatório contemporâneo, podendo servir para aliviar o sofrimento advindo deste processo.

Outro aspecto a ser considerado no processo civilizatório é a passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade (FREUD, 1930). A entrada na sociedade exige que o sujeito abra mão cada vez mais de certos prazeres e da realização imediata dos seus impulsos agressivos e sexuais em troca de um lugar na sociedade. Para sobreviver ele deverá buscar fora de si, ou seja, na realidade, a satisfação para seus impulsos, sejam eles seus desejos ou suas necessidades básicas de sobrevivência. Este processo exige certa tolerância à frustração e a aceitação de certa incompletude por parte do sujeito. Cada vez mais suas pretensões de onipotência serão colocadas em xeque e o sujeito deverá aceitar que “a realidade é dura, mas ainda é o único lugar onde se pode comer um bom bife”, como disse Woody Allen.

É quase senso comum afirmar que os grupos de jovens costumam recusar o contato com a realidade e tendem a viver sob o domínio do princípio do prazer. A situação grupal favorece o sentimento de onipotência, portanto, embora não seja uma regra, o contato com a realidade fica muitas vezes rebaixado nos grupos de jovens. Até porque, em alguns casos, a realidade encontrada pelos jovens é muito dura e oferece em certos casos, poucas chances de sobrevivência com dignidade. Nem todos os jovens da cidade têm a condição de comer um bom bife. Pellegrino (1987) lembra que na passagem do pacto edípico, quando a criança deve inibir seus impulsos para conseguir seu lugar na família, para o pacto social, quando, a partir das inibições dos seus impulsos o sujeito pode pleitear seu lugar de pertencimento na sociedade, há exigência de que todos abram mão de seus impulsos. No entanto, o ganho que se obtém no pacto, que é possibilidade de ocupar um lugar de pertencimento, fica restrito a poucos privilegiados.

Consideramos ainda que nem todos os jovens possuem estruturação psíquica suficiente para suportar as vicissitudes da realidade e as exigências de uma sociedade cada vez mais complexa. Portanto, diversos fatores dos mais diversos níveis de complexidade, desde o

psíquico ao macroeconômico, estão em jogo no processo de individuação e socialização do jovem que vive nas cidades.

AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E A TRANSGRESSÃO: AS MARGENS DA CIDADE

É impossível estabelecer um padrão único para definir os diversos tipos de grupos pelos quais os jovens circulam. Estes variam conforme condições socioeconômicas, de credo, de raça, de gênero. Também é impossível definir uma única possibilidade de relação que estes grupos estabelecem com as substâncias psicoativas. São múltiplas também as possibilidades de relação do sujeito singular com as mais variadas substâncias psicoativas. Porém essa impossibilidade de esgotar o tema e definir padrões homogêneos não impede que possamos destacar alguns pontos relevantes.

Um ponto importante a ser refletido diz respeito à questão da transgressão frequentemente associada a estas substâncias. Estas adquirem um importante papel no momento de ruptura em relação aos grupos de pertencimento primário e acesso aos grupos secundários de socialização. Observamos nesta passagem um caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que elas ajudam a afirmar um lugar no interior do grupo, a relação com estas substâncias também apontam para uma transgressão, neste caso, em relação aos primeiros grupos de pertencimento. E porque não dizer, em certos casos também em relação à própria sociedade. As substâncias psicoativas ilícitas merecem uma especial atenção pelo suposto caráter transgressor ao qual estão associadas.

Além do seu caráter transgressor em relação ao ordenamento jurídico e social, o comércio destas substâncias oferece acesso à realização de muitos ideais sociais que dificilmente seriam atingidos de outra maneira, por grande parte dos jovens que vivem nas periferias das grandes cidades: estes são oriundos de grupos de pertencimento primário que não tem condições de propiciar a realização de ideais sociais, fundamentais para a sustentação narcísica do jovem em formação. Cabe aqui ressaltar que é importante que haja uma sustentação narcísica pela possibilidade de realização do ideal, mas os ideais variam conforme os valores sociais. Nas cidades tais valores estão associados à aquisição e posse de bens de consumo valorizados socialmente.

São frequentes as histórias de jovens que entram no tráfico apesar de terem suas necessidades básicas de sobrevivência supridas. Estes jovens buscam no tráfico a possibilidade de pertencerem a um grupo socialmente valorizado. Uma grande ofensa é chamá-los de “Pé de Chinelo”, eles querem ser grandes, valorizados. Se os ideais do mundo do crime são bastante peculiares e estranhos à grande parte da sociedade, a base dos ideais é plenamente compartilhada por grande parte da sociedade: os bens de consumo, tais como a roupa de grife famosa, o carro ou a moto são muito mais do que uma mera vestimenta ou meio de transporte: são objetos que valorizam o portador.

No entanto, a possibilidade de acesso a estes ideais de consumo é restrita aos jovens de maior poder aquisitivo que acessam as drogas como forma de viverem a transgressão. Para o jovem pobre da periferia o comércio da substância psicoativa ilícita aparece como via de acesso a esses bens materiais, idealizados como objetos de consumo sociais. O jovem não aceita o lugar periférico a ele destinado e transgredir em busca dos ideais sociais que são compartilhados por ricos e pobres. “Vai pensando que é boy” ironiza um jovem em conflito com a lei quando vê seu colega que “paga de boy” com uma roupa de marca. O “boy” é odiado e admirado ao mesmo tempo: odiado porque tem o bem desejado, mas admirado, pois é o modelo de ideal.

Cabe ao excluído unir-se a outros jovens que compartilham das mesmas condições sociais e ideais. Mas esta união está longe de ser uma mobilização das massas contra a opressão social da periferia. Está longe de ser uma transgressão em relação aos valores sociais amplamente compartilhados de opressão do mais forte pelo mais fraco. No tráfico não há um projeto de transformação social por uma sociedade mais justa como muitas vezes as organizações criminosas costumam pregar. Pretende-se a dominação, a tomada do poder numa sociedade semelhante à horda primeva onde vale a lei do mais forte. A guerra é contra a polícia, mas também contra os grupos rivais. Esta batalha não é travada em um Estado democrático de direitos, esta luta é no corpo a corpo pela dominação dos pontos de venda. Pretende-se gerar mais dinheiro para poder dominar mais.

O preço a ser pago para a aquisição destes bens é muito alto: não é incomum que seja a própria vida. No mundo do crime, o tráfico está associado a uma espécie de guerra urbana entre grupos rivais que lutam pelo controle dos pontos de venda. Armamentos pesados

deixam o rastro de destruição: mortes violentas são a principal cauda de morte entre jovens de 15 a 25 anos e na maioria, estas mortes estão associadas a armas de fogo.

Se alguns jovens se aproximam do mundo do tráfico também para terem o acesso facilitado a estas substâncias, nem sempre o uso e, principalmente o abuso destas é bem visto por parte dos traficantes: o uso delas por parte dos traficantes pode ser prejudicial para o negócio. Algumas mortes estão associadas ao uso descontrolado destas substâncias e das dívidas contraídas frente aos traficantes ou mesmo aos pequenos roubos realizados na comunidade para a compra dos entorpecentes.

Não podemos nos esquecer de que em muitos locais da periferia o uso de substâncias ilícitas representa o cruzamento da fronteira da legalidade para a marginalidade, e, portanto, para o mundo do crime, diferente do que acontece nos bairros mais centrais onde o uso destas mesmas substâncias marca apenas a ruptura com a família, mas não com a ordem social: um jovem de classe média usa uma substância ilícita, mas isto não o aproxima da marginalidade e da transgressão com a ordem social. Ele apenas transgride com a ordem de sua família.

O USO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA CIDADE

Em relação ao uso destas substâncias, algumas considerações serão necessárias para aproximar a linha deste artigo ao campo da saúde, que difere do campo jurídico em diversos aspectos. Enquanto o campo jurídico está interessado em saber se a relação estabelecida com determinada substância é lícita ou ilícita, no campo da saúde outros aspectos são considerados, independentemente de uma substância ser lícita ou não. Neste caso o que interessa é a importância que a substância tem na vida da pessoa. Ela pode apenas ter experimentado uma vez, pode fazer um uso regular para fins recreativos, pode haver um uso abusivo ou uma dependência em relação à substância.

Estudos indicam que as primeiras experiências com drogas ocorrem frequentemente na adolescência, período de muitas mudanças físicas e psíquicas em que o indivíduo é particularmente vulnerável do ponto de vista psicológico e social (SOLDERA et al., 2004; PRATTA; SANTOS, 2006; SCHENKER; MINAYO, 2005; SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2005).

Há uma variedade de fatores de risco ao consumo de drogas (SCHENKER; MINAYO, 2005; SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2005; **INFOdrogas, acesso em 27.04.2011**) que acompanham a vida do jovem.

Tais fatores indicam para problemáticas que se iniciam em questões ligadas ao grupo de pertencimento primário como, por exemplo, os hábitos e os conflitos que o jovem vivencia na família contribuem para uma introdução a costumes e práticas sociais. Os pais que tem por hábito o uso de drogas podem representar um comportamento tolerante ou indutor do uso de drogas. A perda dos vínculos familiares e do vínculo maternal podem, também, estar relacionados ao uso de drogas (SOLDERA et al., 2004; TAVARES; BERIA; LIMA, 2001).

Outros aspectos ligados a esse grupo podem ser: as constantes mudanças de residência, que geram perda dos laços com a vizinhança, que desorganizam a vida social do indivíduo; fatores econômicos (pobreza ou alto poder aquisitivo) que se relacionam ao aumento da delinquência pelos jovens bem como ao uso de drogas ou; a falta de cumprimento de pressupostos legais, como por exemplo, a pedido dos pais o jovem compra bebidas alcoólicas ou cigarros que têm a venda proibida para menores de 18 anos.

Alem disso vários fatores se conectam a questões próprias dos grupos secundários que podem, ou dar continuidade ao consumo já realizado em casa, na maioria das vezes de drogas lícitas, como cigarro ou álcool, ou iniciar o jovem no consumo de outras drogas que podem ser lícitas ou não. Nesse caso, a ação de consumir pode surgir por problemas escolares como a repetência, as faltas, ou o pouco compromisso com as atividades escolares (HORTA et al., 2007; TAVARES; BERIA; LIMA, 2001) ou, ainda, ente outros, pela pressão de grupos de convívio por meio do estímulo dos grupos de iguais ou, em alguns casos, conduzido por um colega que já fez uso de drogas. A droga passa a ser um elemento socializador compartilhado, possibilitando a cumplicidade e um processo interativo com os amigos.

Todos esses fatores ou apenas um deles, juntamente com a falta de informação sobre o uso e efeitos a curto e longo prazo ou a disponibilidade e fácil acesso às drogas podem levar ao abuso e, principalmente a dependência que formam um padrão muito específico de uso que será contrário ao processo de socialização, ou seja, produz isolamento e ruptura com os laços sociais.

O uso recreativo de substâncias psicoativas está frequentemente associado ao processo de socialização nos mais diversos tipos de grupos. Estas substâncias são um importante mediador do sujeito singular com o grupo social pelos diversos efeitos que induzem no corpo: o sujeito tenta controlar seu psiquismo a partir dos efeitos produzidos pela substância psicoativa. Cada efeito combina melhor com determinada ocasião social: o álcool diminui a ansiedade e a censura, portanto, é muito utilizado em festas, já a cocaína acelera e pode estar associada inclusive ao trabalho. As substâncias alucinógenas alteram a percepção e são utilizadas em alguns tipos específicos de ocasiões sociais, inclusive, religiosas.

No caso do abuso ou dependência a mediação mais importante oferecida pela substância é com o próprio corpo: por meio do uso de substâncias psicoativas o sujeito tenta controlar seu estado de espírito, humor e obter sensações de prazer. Neste caso, o prazer já não vem mais do “bom bife” que a realidade pode ofertar, mas da indução de sensações de prazer. Neste caso, é o predomínio do princípio do prazer em detrimento do princípio de realidade. Dependendo da gravidade, as pessoas no entorno são usadas e manipuladas para que a pessoa possa fazer uso da substância na tentativa de obter prazer.

É muito frequente que todo uso de substâncias psicoativas ilícitas esteja associado a este padrão de dependência. No entanto, os diversos padrões podem estar associados às diversas substâncias. Algumas destas substâncias como, por exemplo, o crack ou a heroína pouco deixam margem para uso recreativo. Outras drogas alucinógenas mais fortes como o LSD, mesmo que sejam ilícitas, dificilmente estão associadas à dependência. Mas frequentemente há associação entre diversos tipos de substâncias na dependência. A maior prevalência de dependência é do álcool.

Em todos os tipos de uso, há a possibilidade de que haja consequências distintas das esperadas. Muitos tipos distintos de danos podem ser causados e, quanto mais frequente for o uso, maiores serão as chances de que haja algum tipo de consequência. A transgressão também pode estar associada aos danos que estas substâncias podem produzir. É justamente partindo desta preocupação que surgem as campanhas de prevenção ao uso destas substâncias

AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO

As campanhas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas podem estar alicerçadas em dois tipos de abordagem que se apoiam em diferentes pretensões. A primeira, ainda um modelo hegemônico de “guerra às drogas” prega uma sociedade livre das substâncias psicoativas, principalmente as ilícitas. Essa perspectiva tem como diretriz a persuasão moral, que intenta que os indivíduos não queiram usar drogas, e a repressão que objetiva que os indivíduos temam as consequências deste consumo. A segunda nomeada como de “redução dos danos” entende que o foco das campanhas de prevenção deve ser, como o próprio nome diz, a redução dos danos causados pelo uso destas substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Nesse sentido, enquanto a primeira abordagem está mais tradicionalmente associada a um discurso legalista e é prevalente nos Estados Unidos da América, a segunda tem uma tradição mais próxima do campo da saúde e orienta a política de diversos países europeus como a Holanda e a Suíça.

O objetivo da “redução de danos” é diminuir agravos passíveis de ocorrência à saúde, respeitando o direito e o livre-arbítrio do indivíduo que consome drogas. Portanto não visa o desaparecimento desses conteúdos, e nem mesmo a extinção do risco já que é algo inerente a vida, mas sim o aprimoramento do pensamento crítico do indivíduo para lidar com essas situações e também a melhora de condições em prol de uma vida socialmente mais saudável e menos arriscada por conta das drogas (MOREIRA, 2006).

A redução de danos faz parte das políticas públicas brasileiras no combate ao uso destas substâncias. Porém Canoletti e Soares (2005), após realizar um estado da arte sobre programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil entre 1991 a 2001, afirmam que as estratégias utilizadas pelos programas analisados se encontram agregadas majoritariamente numa categoria transitória entre o modelo hegemônico (*guerra às drogas*) e o *novo* modelo em construção (aqui chamado de *redução de danos ampla*); por um lado, por incorporar mudanças de orientação da sociedade em relação ao consumo de drogas; e por outro, por ser este um discurso "politicamente" mais correto do que o discurso estritamente repressivo, que de uma maneira geral continua sendo bastante expressivo no cotidiano dos serviços (p. 128).

O que se confirma na realidade já que tais políticas ainda apresentam campanhas que subestimam a inteligência do jovem ou assumem cunho moralista já que tendem a ser associadas ao discurso dos grupos de pertencimento primário. Toda campanha de prevenção deve respeitar o contato com a realidade e, portanto, respeitar a inteligência do jovem: ele tem um saber sobre a diferença entre o uso, o abuso e a dependência. Para o jovem é óbvio que nem todos os seus amigos que fazem uso de uma substância passam a se isolar para fazer o uso desta. Muito pelo contrário, observa que ela é frequentemente um intermediário no processo de socialização. O encontro no grupo é mediado pelo uso por parte de todos da substância. Quando vê na campanha que a substância é associada ao desprazer ou ao lixo vê que quem fez a campanha desconsidera o prazer que ela pode propiciar. Certo dia um jovem disse ao ver uma destas campanhas: “será que o publicitário que fez isto acredita que droga é um lixo? Conheço vários publicitários que sempre cheiram cocaína para trabalhar, as agências de propaganda até deixam...”.

Outro equívoco é a via do terror para a prevenção: o jovem que faz o uso recreativo não se reconhece na figura estereotipada do “drogado”, este parece muito mais uma entidade saída do imaginário dos pais moralistas do que alguém com que ele se identifique. E as experiências das campanhas de prevenção à AIDS provaram que os efeitos das campanhas apoiadas no terror só fazem aumentar o preconceito em relação à pessoa que sofre da doença.

Muitas campanhas voltadas para jovens são de cunho moralista e partem de pressupostos equivocados fazendo com que o efeito em relação às pretensões seja praticamente nulo. Se os grupos de pertencimento secundário são marcados justamente pela ruptura com os grupos de pertencimento primário e pela introdução de novos valores, produzir uma propaganda associada aos valores dos grupos de pertencimento primário, se tiver algum efeito, será apenas o de gerar questionamento em relação à validade das proposições. Ou, talvez, até reforçar o caráter rebelde do grupo secundário e a afirmação dos seus valores.

Neste sentido, propomos que, para que seja realizada uma campanha de prevenção, primeiro seja medida a pretensão da campanha. No caso das nossas cidades, dificilmente será possível atingir a meta de que nelas não existam tais substâncias uma vez que estão na base de uma série de processos de socialização. Em segundo lugar, é importante conhecer e levar em conta os valores atrelados aos grupos de pertencimento. Devem-se evitar

questionamentos de cunho moralista. Se for o caso de questioná-los, estes devem ser feitos com base em dados de realidade e não em discursos associados aos grupos primários de pertencimento.

Muitas vezes os valores do grupo impedem o contato com a realidade aumentando as chances de danos. Se a transgressão faz parte da juventude, dependendo da maneira como esta acontece, pode gerar prejuízos permanentes. Os argumentos em torno do princípio de realidade devem ser enfatizados: o processo de socialização e a entrada na vida adulta geram sofrimento, mas, ao mesmo tempo oferecem possibilidades de satisfação segura para o desejo. Também devem ser enfatizados os riscos associados à realização imediata dos impulsos e o predomínio do princípio do prazer sobre o princípio da realidade.

A repressão ao comércio de substâncias ilícitas é justificada para proteger o jovem usuário do acesso a esta substância, mas esquecemos que o próprio jovem envolvido no tráfico tem consequências muito mais nefastas para a própria vida do que o usuário. Porque não pensar em estratégias de prevenção voltadas para os jovens da periferia que caminham na linha da marginalidade? Neste caso, o objetivo imediato não será impedir o acesso dos jovens usuários à substância, mas reduzir os danos provocados pelo tráfico. O aparente dinheiro fácil obtido pelo tráfico tem um custo muito alto: este cobra como pagamento a liberdade e a vida destes jovens.

Por último, as campanhas publicitárias têm efeito muito limitado e uma campanha de prevenção deve envolver múltiplos níveis de ação.

Estes níveis devem se sobrepôr à forte ação intermediadora das drogas na relação entre o jovem e a cidade, e substituir esse agente de intermediação (KAËS, 2005) ao privilegiar as relações do jovem com a vida em um conjunto articulado de políticas públicas que valorizem a ligação do jovem com a sua cidade, sua comunidade e sua própria vida.

Nas palavras de Franco Rotelli (ROTELLI, 1991): O que fazer? É óbvio: ser mais sedutores que a droga, saber desencadear circuitos de ampliação não químicos, concorrentes.

Sabe-se muito bem o que deveria ser feito: espaços, âmbitos, lugares, pessoas, grupos, instituições inventadas, associações, iniciativas, ter capacidade de uma discussão pedagógica

fortemente centralizada nos sujeitos, com uma grande sedução ético-estético-operativa. É o que chamamos de empreendimento social. Lugares bem no interior do viver concreto, o praticamente verdadeiro dos valores, da produção, da cooperação, do trabalho reparador, do valor cultural, da imagem-vídeo, do mundo informático, da autovalorização, da história do trabalho humano, da música, da comunicação não repetitiva, do fazer qualidade da quantidade, fugir da institucionalização total da experiência da coisa-coisa. Pois, o que a droga é senão “a coisa”, a caricatural, espetacular, auto-irônica e trágica dependência da “coisa” (a inércia, o prático inerte, a repetição sartriana)? A identificação na “coisa” (p. 71

REFERÊNCIAS

CANOLETTI, B.; SOARES, C.B. **Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001.** *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 9, n. 16, Feb. 2005, pp. 115-129.

FREUD, S. (1921). **Psicologia de grupos e análise do ego.** Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v. 18).

_____. (1930) **Mal estar na civilização** Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v. 21).

HORTA, R. L. et all. **Tabaco, álcool e outras drogas entre adolescentes em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: uma perspectiva de gênero.** *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, Abr. 2007.

INFOdrogas IMESP. Fatores de risco ao consumo de drogas
<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/fatores.htm> Acesso em 27.04.2011

KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade.* Casa do Psicólogo, 2005.

_____. **Filiação e afiliação** In: TRINDADE-SALAVERT, I. (Org.) *Os novos desafios da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010, p. 163-182.

MOREIRA, F.G.; SILVEIRA, D.X.; ANDREOLI, S. B. **Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde.** *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, vol.11, n. 3, Jul./Set. 2006.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Europa-América, 1994.

PRATTA, E.M.M.; SANTOS, M.A. **Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas.** SMAD, *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, ago. 2006.

Pellegrino, H. Pacto edípico e pacto social. In: PY, L.A. *Grupo sobre grupo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 195-205.

ROTELLI, F. **Onde está o senhor?** *Saúde e loucura* 3. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991, p.67-76.

ROUCHY,J.C.; DESROCHE, M. S. **Instituição e Mudança: Processo Psíquico e Organização.** São Paulo, Casa do Psicólogo: 2005.

SANCHEZ, Z.V.D.M.; OLIVEIRA, L.G.; NAPPO, S.A.. **Razões Para o Não uso de Drogas Ilícitas Entre Jovens em Situação de Risco.** *Rev. Saúde Pública*, 2005, 39(4): 599-605.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. **Fatores de Risco e Proteção Para o Uso de Drogas na Adolescência.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (3): 707-717. 2005.

SOLDERA, Meire et al. **Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados.** *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 2, Abr. 2004.

TAVARES, B.F.; BERIA, J.U.; LIMA, M.S. **Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes.** *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 2, Abr. 2001.